

# O BRASIL E O MUNDO

# O ESTADO DE S. PAULO

# Os países devedores se mobilizam

O cartel dos devedores, que já recebeu o apoio do Equador e da Sela, poderá se consolidar na reunião de junho, para decidir o que fazer.

Agora, só falta saber que medidas concretas serão adotadas para conseguir uma renegociação, em melhores condições, da dívida externa da América Latina. A observação foi feita ontem em Quito pelo presidente Osvaldo Hurtado, ao proclamar a adesão do Equador à reunião convocada pelos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, para debater o assunto. A reunião ainda não tem data marcada, mas acredita-se que será em junho, em local a ser definido.

Não deixou de provocar alguma estranheza a ausência do Equador na declaração conjunta divulgada sábado (veja íntegra à esquerda) pelos quatro países (cuja dívida externa soma US\$ 250 bilhões, aproximadamente). Isto porque o presidente equatoriano vem defendendo uma renegociação conjunta há vários meses, sem encontrar apoio dos demais países, exceto da Argentina, após a derrubada dos militares com a eleição do presidente Raúl Alfonsín.

Ao regressar ontem de uma visita oficial à China, Hurtado frisou que "tudo o que se faça para o entendimento da América Latina receberá o mais amplo apoio do Equador". No entanto, esta nova reunião, "para justificar-se, deveria ir muito mais longe que a conferência econômica de Quito", convocada pelo próprio Hurtado, e que incluiu recomendando exatamente a renegociação conjunta.

Uma reunião que repita os compromissos e as declarações de Quito — salientou Hurtado — não tem sentido. Porém, se a reunião de chanceleres (e de ministros das Finanças) e a provável reunião de presidentes adotar decisões de maior profundidade, creio que estará justificada.

Hurtado preferiu não dizer que medidas gostaria de ver adotadas, até porque, dentro de dois meses, ele terá de entregar a presidência ao conservador Leon Febres Cordeiro, eleito há duas semanas. "Eu não estou em condições de sugerir nenhuma decisão, porque o tema é muito complexo e muito difícil; não depende apenas da opinião de um governo, mas do acordo de todos, a fim de que se possa ter a força



Alfonsín Figueiredo Betancur De la Madrid

suficiente", na mesa de negociações.

## A posição do Brasil

Hurtado tem boas razões para cautela quanto aos resultados da futura reunião. Dos países latino-americanos, apenas a Argentina parece efetivamente disposta a adotar uma posição mais firme. No caso do Brasil, cujo apoio é considerado essencial para o êxito do projeto, o governo do general Figueiredo tem-se limitado a protestos verbais contra a elevação dos juros internacionais, enquanto o comando econômico, exercido pelo ministro Delfim Neto, continua assegurando o estrito cumprimento das exigências dos banqueiros e do Fundo Monetário Internacional.

Recorda-se, a propósito, que já no final de 1982 o presidente Figueiredo fez um discurso perante as Nações Unidas, em Nova York, alertando para o problema. Derrotado nas eleições parlamentares de novembro, o que se viu pouco depois foi a oficialização do acordo com o FMI, até então enfaticamente desmentido pelas autoridades econômicas.

Mais recentemente, Figueiredo manifestou seu desagrado com a alta dos juros nos Estados Unidos, em conversa com alguns empresários, como Mário Garnero. Por determinação do presidente, o Itamaraty chegou a enviar notas às chancelarias do continente, comunicando este desagrado. Ao mesmo tempo, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, além do próprio Delfim, faziam declarações, deixando claro que nada vai mudar. Segundo eles, a atual políti-

ca é a única viável, e permitirá ao País acabar com o déficit em transações correntes até 1987 (segundo Pastore) ou 1989 (segundo Delfim).

Outro sinal da sintonia com os credores foi o episódio envolvendo o não-pagamento, no vencimento, de uma parcela de US\$ 500 milhões da dívida argentina. Aparentemente, o presidente Alfonsín pretende sustar o pagamento, sem dar maiores satisfações aos banqueiros, na tentativa de forçar o início de uma renegociação ampla. No entanto, os devedores Brasil e México, atendendo a instruções dos Estados Unidos, apressaram-se em cobrir a dívida, emprestando dinheiro à Argentina.

## E a sucessão?

A questão da dívida brasileira também passa pela definição da sucessão do presidente Figueiredo. No entanto, a questão permanece bastante confusa. Depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril, a favor das eleições diretas para a presidência ainda este ano, o governo mandou ao Congresso outra emenda, prevendo eleições só em 1988. Até agora, porém, a tramitação do documento está praticamente paralisada. Enquanto isso, o presidente Figueiredo se ausenta do País por mais 12 dias, em uma viagem ao Extremo Oriente.

No entanto, há quem acredite que a renegociação terá de ser feita de qualquer jeito, cedo ou tarde. Esta é a opinião, por exemplo, do embaixador Sebastian Alegret, secretário do Sela (Sistema Econômico Latino-Americano). Ele disse em Caracas que a "manipulação" dos juros pelos Estados Unidos, como

um mecanismo de "apropriação arbitrária e abusiva" dos recursos da América Latina, está obrigando a região a dar uma resposta unilateral para o problema da dívida externa.

Em Bogotá, divulgou-se ontem discurso feito pelo chefe do Departamento Nacional de Planejamento, Jorge Ospina Sardi, perante banqueiros de Nova York, denunciando que o aumento dos juros internacionais representou para a Colômbia um custo adicional de US\$ 1,5 bilhão, entre 1979 e 1982.

Hoje, vemos com preocupação que o déficit fiscal dos Estados Unidos continua pressionando a alta dos juros, com graves repercussões para os países da América Latina, com altos níveis de endividamento.

Na Argentina, o anúncio da reunião de cúpula foi recebido com manifestações de apoio de todos os setores políticos. Antonio Cafiero, ex-ministro da Economia e importante dirigente peronista, qualificou a iniciativa "atitude transcendente para o futuro de nossos povos. É necessário avançar neste sentido para impedir que a América Latina seja sitiada financeiramente. A hora exige uma reação com energia e realismo, porque nossos países estão sendo levados à falência".

Francisco Cerro, líder do Partido Democrata-Cristão, lembrou que "há meses, desde a posse do presidente Alfonsín, estamos defendendo uma ação conjunta da América Latina para a criação de um clube de devedores".

Rubem Rabanal, dirigente da União Cívica Radical e presidente da Comissão de Orçamento da Câmara, disse que "esta declaração (dos quatro países) coloca com força e clareza o difícil problema da dívida externa e mostra até que ponto o problema se tornou político".

O ministro do Interior, Antonio Troccoli, denunciou que "os países latino-americanos são vítimas de uma orgia especulativa de um sistema financeiro internacional que alimenta o déficit dos balanços de pagamentos e comercial dos Estados Unidos".